

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CENÁRIO NACIONAL: DAS LUTAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Isonete do Socorro Sardinha **PERNA**¹
Universidade Federal do Pará
isonethy@yahoo.com.br

Josiele Rodrigues **PEREIRA**²
Universidade Federal do Pará
josielerodrigues25@hotmail.com

Rosenildo da Costa **PEREIRA**³
Universidade Federal do Pará
rosenildocosta@bol.com.br

Resumo: *O presente texto tem como objetivo detalhar a trajetória da educação do campo no Brasil, levando em consideração o importante papel dos movimentos sociais nesse contexto educacional. O estudo foi feito com base em análise documental e do tipo bibliográfica. Constatamos que a trajetória da educação do/no campo no cenário nacional foi construída pelas constantes lutas e organizações dos movimentos sociais no campo.*

Palavras-chave: *Educação do campo. Movimentos sociais. Sujeitos do campo.*

Abstract: *This paper aims to detail the trajectory of rural education in Brazil, taking into account the important role of social movements in this educational context. The study was based on document analysis and type literature. It was verified that the trajectory of education / in the field on the national scene was built by constant struggles of social movements and organizations of the field.*

Keywords: *Rural education. Social movements. The subject field.*

¹Graduada em Letras pela UFPA (2010)/Campus Universitário de Abaetetuba; Especialista em Estudos de Língua e Literatura Vernácula pela UFPA (2011)/Campus Universitário de Abaetetuba e Especialista em Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Campo na Amazônia (UFPA).

²Graduada em Pedagogia pela UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba.

³Graduado em Pedagogia pela UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba; Especialista em Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Campo na Amazônia (UFPA).

Introdução

O referido texto surgiu da necessidade de analisar a trajetória dos movimentos sociais no Brasil e sua relação com a educação dos trabalhadores do campo, buscando compreender como foi se constituindo a educação do campo em nossa realidade. Para isso, fizemos análise bibliográfica e documental referente à temática em estudo, no sentido de buscar uma resposta para tal inquietação.

O objetivo do texto foi analisar a contribuição dos movimentos sociais do campo para as conquistas das políticas públicas de atendimento à educação do campo no Brasil, uma vez que estes possibilitaram aos sujeitos locais terem acesso a uma educação que respeitasse sua diversidade econômica, cultural e social.

Este texto está estruturado em duas partes: no primeiro momento elencaremos a trajetória da educação do campo no Brasil, a partir das organizações e articulações dos movimentos sociais no campo; e no segundo momento, para finalizar, teceremos algumas considerações sobre a temática em discussão.

1 Trajetória de Lutas dos Movimentos Sociais para a Efetivação da Educação do Campo no Brasil

O processo de luta pela educação do campo não pode ser entendido isoladamente, ele surge como resultado de lutas e iniciativas dos movimentos sociais para com a construção de uma educação voltada para essa realidade, entre eles, o MST (Movimento dos Sem-Terra).

Como os movimentos camponeses nascem da necessidade de organização dos povos para a efetivação de necessidades não garantidas pela esfera cabível, a luta do Movimento dos Sem-Terra em relação à educação, iniciou-se por meio de propostas educativas específicas para os assentamentos, no intuito de mudar a relação de poder no país, como salienta Caldart (2004, p. 91), “os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo acesso a ele”.

Considerando que “A Escola do MST é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta pela Reforma Agrária no Brasil”

(CALDART, 2004, p. 105), a autora ressalta que a relação existente entre o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a educação é de origem, ou seja,

[...] a história do MST é a história de uma grande obra educativa. Se recuperarmos a concepção de educação como formação humana, é sua prática que encontramos no MST desde que foi criado: a transformação dos “desgarrados de terra” e dos “pobres de tudo” em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história. É também educação o que podemos ver em cada uma das ações que constituem o cotidiano de formação da identidade dos sem-terra do MST (p. 96).

O MST surge em 1984, mas é no ano de 1987 que se iniciava, mesmo que timidamente, as discussões sobre educação. Isso ocorreu no Encontro Nacional do MST, no qual havia uma faixa recepcionando os participantes, em que estava escrita a frase: “Sem estudo não vamos a lugar nenhum”. Em 1989, alguns princípios foram expostos em um documento, e dentre os princípios estão: “estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às nossas atividades no movimento” (*apud* CALDART 2004, p.112).

Já em 1997, após o Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Brasil, efetivado a partir do Fórum das Instituições de Ensino Superior em Apoio à Reforma Agrária, por meio de um convênio entre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), articulou-se o Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), promovido pelo MST, com o apoio de instituições como: UnB (Universidade de Brasília), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), do qual participaram aproximadamente 700 pessoas, entre as quais estavam representantes de universidades, educadores, assentados, acampados, entre outros.

É nesse encontro que surge então os primeiros passos para a criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), “enquanto política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário”

(CANALI, 2007, p. 17); como também para a ampliação de pesquisas universitárias em favor do tema.

Em relação ao PRONERA, este fora concebido por meio de uma busca coletiva e iniciou sua atuação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) destinada aos assentados, alargando posteriormente sua atuação através de cursos técnicos e de nível superior, entre eles o curso normal (Magistério), para professores do campo, e curso de Pedagogia, para assentados. Essas ofertas ocorreram em vários estados, sendo que no Pará, especificamente no município de Abaetetuba, temos a “Pedagogia das Águas”, do Campus Universitário de Abaetetuba da Universidade Federal do Pará (UFPA), iniciado em 2006.

As mesmas entidades que articularam o 1º ENERA, em 1998, com o intuito de dar prosseguimento às propostas e conquistas desse encontro organizaram a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que trouxe como *Slogan* a frase “Por uma educação Básica do campo: semente que vamos cultivar”, e, conforme salienta Molina (2003, p. 64), teve como objetivo “contribuir para recolocar o campo e a educação que a ele se vincula na agenda política do Brasil”.

Essa conferência foi concebida após encontros estaduais denominados “Por Uma Educação do Campo”, e a eles, por sua vez, coube a função de apresentar à Conferência Nacional as principais pautas dos debates e reflexões sobre a realidade da Educação Básica, além de atuações desenvolvidas em prol desta causa nas regiões em que faziam parte.

Em 2004, ocorreu a 2ª Conferência, conceituada não mais como “básica”, mas apenas como “do Campo” devido à ampliação das discussões para outros níveis de ensino. Da então II Conferência Nacional por Uma Educação do Campo (CNEC), participaram aproximadamente 1.100 pessoas e 38 entidades, o que correspondeu a um crescimento em relação ao número de participantes, principalmente pelo número de entidades, já que na primeira eram apenas cinco. Além da maior inserção dos movimentos sociais, as mudanças ocorreram em nível de propostas, compromissos e desafios, também ampliados nessa articulação.

Enquanto a Conferência de 1998 se preocupou apenas em delimitar o campo de atuação da educação do campo, propondo questões como: *Vincular as práticas de Educação básica do campo com o processo de construção de um Projeto Popular de Desenvolvimento Nacional; Propor e viver novos valores*

culturais; Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à Educação Básica do Campo; Formar Educadores e Educadoras do Campo e Produzir uma Proposta de Educação Básica do Campo, a Conferência de 2004, com um slogan mais característico das lutas sociais, se compararmos ao da primeira Conferência, e que perdura até hoje, ou seja, “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”; propôs entre outras ações: Articular e coordenar a construção de uma Política Nacional de Educação do Campo, em parceria com o governo federal e movimentos sociais [...]; Criar uma Política de Financiamento diferenciado para a Educação do Campo; Regulamentar o regime de colaboração e cooperação entre as três esferas do Poder Público [...]; Articular uma política de Educação do Campo [...] para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo, priorizando os seus sujeitos; Incorporar a Educação do Campo nos Planos Estaduais e Municipais de Educação assegurando a participação dos movimentos sociais no acompanhamento da sua execução; Garantir a participação dos Movimentos Sociais nos Conselhos de Educação Nacional, Estaduais e Municipais, e em outros espaços institucionais.

Vale ressaltar que, durante o intervalo entre as Conferências, ocorreram várias ações de suma importância para a construção de um novo significado referente ao olhar do Estado brasileiro sobre o campo e sobre a educação necessária a este, dentre elas estão a promulgação da Resolução nº 1, de 3 de Abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC); como também a criação, pelo MEC (Ministério da Educação), do Grupo Permanente de Trabalho (GPT) de Educação do Campo, pela Portaria nº. 1374, de 03 de Junho de 2003, com o intuito de promover a discussão com relação à implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo configuraram-se como a primeira legislação direcionada especificamente para a educação do campo no país, sendo uma das pautas das discussões acerca das políticas públicas para o Brasil, no Seminário Nacional de Educação do Campo, realizado pelo movimento de articulação nacional “Por uma Educação do Campo”, em novembro do mesmo ano de sua criação, e, segundo Fernandes (2004, p.144), “representam um avanço real para a Educação Básica do Campo”.

Em relação ao Grupo Permanente de Trabalho, dentre as suas ações, podemos salientar o levantamento de uma espécie de “Perfil da Educação do Campo,” vislumbrado após vários encontros entre os seus integrantes, e efetivado juntamente com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), bem como a apresentação, no ano de 2004, das “Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de Subsídios”, criadas com o auxílio de entidades como MST, CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância); e, segundo o mesmo documento, “é produto do Seminário Nacional de Educação do Campo, realizado em outubro de 2003”, e tem inserido em seu plano de trabalho a criação da Coordenação Geral de Educação do Campo.

Segundo as Referências, a Coordenação do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo teria como participantes o próprio GPT de Educação do Campo, como também a UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação) e o CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação). Entre as ações propostas em sua agenda, estavam:

1. O cumprimento e ampla divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002), objetivando estimular os Estados e Municípios à sua implementação, mediante articulação com Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação e CCE - Conselhos Estaduais de Educação.

2. Incorporar à discussão do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica o financiamento diferenciado, envolvendo o cálculo custo/aluno e remuneração dos profissionais considerando as especificidades do campo e adequando-os à sua dinâmica, conforme recomendação dos Art. 14 e 15, incisos I, II e III da Resolução CNE/CEB n.º 1/2002. [grifô nosso].

4. A elaboração de um Plano Nacional de Formação para educadores e educadoras do campo, coordenado pelo MEC

visando ao cumprimento do Parágrafo único do Art. 12 da Resolução CNE/CEB n.º 1/2002. (p.45).

Entretanto, na mesma página, o documento ressalta a necessidade de uma articulação entre os sistemas de ensino e entre as esferas do governo para uma real efetivação dessas ações, além da “necessidade de articulação e incorporação da Política Nacional de Educação do Campo ao Sistema Nacional de Educação”.

Em relação à contribuição das universidades para esse novo olhar sobre a educação do campo no Brasil, podemos ressaltar que elas trouxeram sua colaboração, e isso se deu principalmente por meio de suas pesquisas que, por sua vez, abriram caminhos para os Encontros Nacionais de Pesquisa em Educação do Campo, ocorridos nos anos de 2005 e 2008, e que configuraram como propulsores do Programa Saberes da Terra - Programa destinado a formar jovens agricultores, financiado pelo MEC (Ministério da Educação), em articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário); e da criação da Licenciatura Plena em Educação do Campo, que já é realidade em algumas universidades, e que chegou ao Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA) no ano de 2011.

Retornando às ações governamentais, como complementação das diretrizes n.º 1, de 3 Abril de 2002, em 28 de Abril de 2008, o CNE/CEB, resolveu promulgar a Resolução n.º 2, que estabelecem diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à Educação Básica do campo, trazendo em seu Art.1º, que a Educação do campo:

[...] destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros [...].

Tendo também em seu § 2º a consideração de que “A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios nos respectivos âmbitos de atuação prioritária”. Este artigo acaba reforçando a garantia de políticas públicas para a educação do campo nas diferentes esferas de poder.

Considerações Finais

O estudo realizado sobre movimentos sociais e educação do campo no cenário nacional: das lutas por políticas públicas, apontam que as políticas públicas de educação do campo é resultado das organizações, articulações e mobilizações dos movimentos sociais.

Nesse sentido, acreditamos que para discutir, debater e elaborar políticas educacionais para o campo, os movimentos sociais têm um papel decisivo por fazer parte dessa construção, visto que conhecem a realidade em que estão inseridos. Daí, tem-se a necessidade de haver uma aproximação da esfera pública com esses movimentos.

Portanto, se formos pensar em traçar ou implementar a educação no e do campo em nosso país, todos os envolvidos terão que ter em mente o que é na realidade a Educação do Campo, e mais, os movimentos sociais terão sim que se fazer presente, a fim de dialogar com a esfera pública de governo. Porque será somente a partir dessas ações, ou seja, somente com a participação dos que realmente conhecem a especificidade do campo, é que haverá uma construção coletiva, coerente e condizente com a realidade campesina.

Assim, podemos perceber que toda trajetória de lutas travadas pelos movimentos sociais, durante décadas, não foram em vão. Hoje, muitos direitos foram conquistados aos sujeitos do campo, como a educação de nível superior, que diversos sujeitos filhos de trabalhadores do campo passaram a usufruir.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução n.º. 2, de 28 de abril de 2002.
- _____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução n.º. 1, de 3 de Abril de 2002.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96**, Brasília, 1996.

_____. **Referências para uma política nacional de educação do campo:** caderno de subsídios. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salette, MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. In: FRIGOTTO, G; GENTILLI, P. (Org.). **A Cidadania negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

CANALI, H. H. B. Educação do campo: construindo novas referências. In: SILVA, G. P.; CANALI, H. H. B.; RODRIGUES, D. S.; ARAÚJO, M. N. C. (Org.). **Educação do campo na Amazônia:** uma experiência. BELÉM: EDUFPA, 2007.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S. e MOLINA, M. C. (Org). **Por Uma Educação do Campo.** Vozes, 2004.

MOLINA, M. C. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas de educação do campo e desenvolvimento sustentável.** Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. 282p. Brasília: UnB, 2003.